

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Lei Municipal nº 1378/94
Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 08 / 2018

1 Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal da Assistência Social de
2 Santos – CMAS, realizada no dia **02 de maio de 2018**, na Rua São Luis, s/n – Morro São
3 Bento – Santos/SP com a presença de conselheiros e convidados, cujas assinaturas
4 constam na lista em anexo que faz parte integrante desta ata. A Presidenta Marina
5 Carvalho Perez Peña cumprimenta a todos e todas e agradece a disponibilização do
6 espaço. Esclarece que haverá a supressão de dois itens da pauta: Apresentação do
7 Relatório de Gestão de 2017 e da Apresentação do Vídeo de Combate ao Preconceito
8 contra o usuário e a usuária do SUAS e passa para: **1) Apreciação e Deliberação da ata**
9 **do dia 06 de março de 2018** - Sra. Adriana faz a leitura da Ata ;: **2) Apreciação e**
10 **Deliberação da ata do dia 20 de março de 2018** – Sra. Fernanda Souza segue com a
11 leitura da Ata; **3) Apreciação e Deliberação da ata do dia 03 de abril de 2018** – Sr.
12 Leandro segue com a leitura da pauta. Na sequência as três Atas são aprovadas com
13 correções. **4) Apresentação vídeo: Campanha de combate ao preconceito contra**
14 **usuária e usuário da Assistência Social.** Por razões técnicas o vídeo será apresentado
15 na próxima assembleia. Sra. Marina, presidenta, passa para o próximo item: **5)**
16 **Reformulação da Lei de Criação do Conselho a respeito da paridade**, Marina
17 esclarece que este item já foi pauta de assembleias anteriores, e explica que como houve
18 a junção de duas secretarias, o Conselho ficou com um número menor de representantes
19 do governo em relação ao seguimento da sociedade civil. Essa discussão foi para a
20 Comissão de Legislação, que considerou relevante a representação da COHAB,
21 entendendo que a habitação é transversal a vários setores da política de Assistência
22 Social, e é uma demanda bastante presente trazida pelos usuários e usuárias, sendo
23 essa representação aprovada pelo Conselho. **Item 6) Solicitação de Inscrição da**
24 **Organização dos Haitianos que vivem no Brasil**, Marina passa a palavra para os
25 representantes da Comissão de Políticas que fizeram a análise da inscrição. O
26 conselheiro Ari, explica que a partir de duas visitas à Organização e na reunião da
27 Comissão constatarem algumas situações e elaboraram um relatório chegando à
28 conclusão de que a proposta apresentada para inscrição com o título de Comunicação
29 Sem Fronteiras não está adequada a política de Assistência Social vigente, pois trata-se

30 das aulas de âmbito pedagógico, ou seja ações da Política de Educação, além disso o
31 técnico de Serviço Social presta serviços voluntários visando atendimentos esporádicos e
32 agendados conforme demanda. O parecer dos conselheiros é que a solicitação da OHVB
33 será indeferida, pois a proposta apresentada através do plano de trabalho não está
34 adequada a Política de Assistência Social vigente. O representante da OHVB presente fez
35 algumas ressalvas sobre sua insatisfação com o indeferimento, porém ele foi instruído
36 pela presidenta e conselheiros a reformular sua proposta. **Item 7) Informes do CMAS,**
37 sendo o primeiro informe a criação de uma página no Facebook do CMAS, visando
38 aproximar a população e socializar os debates a respeito do conselho. Marina também
39 pede autorização para publicizar as fotografias das assembleias. Outro informe é que
40 seria interessante que o conselho assumisse um papel diante das denúncias que vem
41 surgindo sobre serviços da Assistência. Com isso o e-mail do CMAS será um canal de
42 diálogo e denuncia, assim como a página do Facebook. O último informe é que nas
43 assembleias anteriores foi dialogado sobre a importância de ter documentado e
44 oficializado a liberação dos trabalhadores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento
45 Social para participação deste espaço do conselho, tendo em vista que muitas vezes os
46 conselheiros precisam se ausentar do trabalho para participar das assembleias, reuniões
47 de comissão, visitas institucionais e capacitações, então foi agendada uma reunião junto
48 ao órgão gestor onde foi acordado que os trabalhadores serão liberados mediante a
49 apresentação de um cronograma e socialização dessas discussões dentro do espaço de
50 trabalho, com o objetivo de construção e colaboração com os conselhos gestores das
51 unidades. Surgiu, então, a proposta de uma resolução em conjunto entre Conselho e
52 Secretaria formalizando a liberação desses trabalhadores. A conselheira Mayara reforça
53 que essa liberação para o espaço do conselho não deve ser restrita aos conselheiros,
54 mas a todos os trabalhadores fortalecendo assim a criação dos conselhos gestores dentro
55 de cada serviço. Dando continuidade aos informes, a Comissão Municipal de Prevenção e
56 Erradicação do Trabalho Infantil de Santos solicita a nomeação de um conselheiro do
57 CMAS para representação. Consultada a plenária inicialmente a conselheira Joseane,
58 representante do CAMPS, ficará como representante. Como devolutiva à solicitação da
59 recomposição da equipe do conselho, a Sra. Adriana informa que o Secretário Flávio
60 Jordão esteve no CMAS e pediu para transmitir para a assembleia seu compromisso
61 nesta recomposição e que providenciará o mais rápido possível o administrativo. Quanto
62 ao técnico foi informado que continuará na negociação junto as secretarias competentes
63 para viabilização do profissional. A assembleia delibera por uma reunião junto com o
64 Secretário e que de preferência ocorra na reunião da Comissão dia 17 de maio. Seguindo

65 com os informes a Sra. Adriana coloca que haverá nova edição da Série Dialogando que
66 terá como tema a ação formativa: Medidas Socioeducacionais em meio aberto –
67 Metodologia de atendimento, com objetivo para reflexão do atendimento prestado
68 propondo alternativas metodológicas afins de aprimorar a política pública na perspectiva
69 da intersetorialidade. O encontro ocorrerá na Secretaria de Desenvolvimento Social do
70 Estado, sita a Rua Bela Cintra, 1032 – São Paulo; informa também acerca da Reunião
71 Ampliada e Descentralizada do Conselho Nacional de Assistência Social no município de
72 Porto Alegre – RS. Que este encontro foi informado no grupo de conselheiros visto que
73 demandava inscrição prévia. Consultada a plenária somente os conselheiros Leandro,
74 Fernanda Souza e Flávia Valentino fizeram inscrição. Foi deliberada a participação dos
75 três conselheiros e da secretária executiva que têm participação obrigatória. Na
76 sequência Sr. Leandro informa que na data de 27/04 ocorreu a reunião da Instância de
77 Controle Social do Programa Bolsa Família – ICSPBF, na SEDUC, que tratou do
78 planejamento estratégico e financeiro. Informa que a SEDS disponibiliza dados de forma a
79 embasar esse planejamento. Destaca que os dados apresentados apontam para o
80 avanço do município com 95% de cobertura por parte da Educação, 74% da Saúde e 90%
81 da Assistência Social. Também foi discutida a questão da quebra de condicionalidades
82 tendo sido identificado que o bairro do Rádio Clube é o que apresenta no momento o
83 maior índice de quebra de condicionalidades. Destaca que para nossa surpresa no
84 público de crianças. Foram 147 benefícios que apresentaram a quebra de
85 condicionalidades e destes 136 são de crianças. Foi discutido também o recurso
86 financeiro destinado à ICSPBF, que esse recurso é tripartite. Que o planejamento foi
87 fechado com aplicação dos recursos em bens permanentes, material de consumo e
88 capacitação. Informa que nesta reunião a Saúde apresentou solicitação para aquisição de
89 64 balanças digitais com a justificativa de que os agentes fazem visitas as famílias e que
90 terem as balanças disponíveis facilita o atendimento no domicílio, assim como, poupa a
91 família de comparecer ao serviço apenas para pesar a criança. Informa que o valor médio
92 é de R\$ 100,00 cada o que totaliza o montante de R\$ 6.200,00. Apresenta também a
93 solicitação de compra de 05 notebooks para gestão do programa. A Saúde informa
94 também que o Ministério da Saúde disponibilizou capacitação de 01 dia em Brasília e
95 solicita a participação de três representantes. A ICSPBF entendeu a necessidade da
96 aquisição dos equipamentos, assim como, da importância da capacitação e apresentou
97 parecer favorável para utilização do recurso. Encaminha assim para a assembleia para
98 ratificação ou não da utilização do recurso para as demandas apresentadas. Sra. Marina,
99 presidenta, pergunta se a plenária se encontra esclarecida. Não havendo

questionamentos ou posicionamento contrário as solicitações foram aprovadas. **Item 8 –**
Apresentação do Relatório de Gestão – Será apresentado na próxima assembleia. **9)**
Devolutiva da participação no XX Encontro REGIONAL SUDESTE – CONGEMAS. -
Participação no Encontro Regional Sudeste – CONGEMAS ocorrido nos dias 05,06 e 07
de março no auditório do Teatro do Engenho Erotides de Campos no município de
Piracicaba/SP que abordou a temática: “Os Desafios para a Universalização do SUAS na
atual conjuntura”. **Primeiro dia:** Credenciamento, Mesa de abertura: O encontro reuniu
gestores, convidados e o Controle Social da região Sudeste. A abertura oficial contou com
a presença da: - Sra. Eliete Nunes Fernandes da Silva, secretária municipal de
Desenvolvimento Social de Piracicaba e presidente do COEGEMAS –SP que fez uma
breve explanação sobre o SUAS no Brasil; - Sra. Francisca Maria Barboza, usuária do
SUAS, que destacou as dificuldades enfrentadas pela desmonte da Política informando o
fechamento de dois CRAS no município de Piracicaba; - Sra. Simone Albuquerque,
subsecretária de Assistência Social de Minas Gerais, que ressaltou a importância da fala
e participação dos usuários no evento. Manifestou posicionamento contrário frente ao
corte do orçamento. Informou que a PEC do SUAS (emenda constitucional que
estabelece recursos mínimos para o financiamento do SUAS) que estabelece 1% da
receita corrente líquida do exercício financeiro está como pauta no FONSEAS (Fórum
Nacional de Secretários de Estado de Assistência Social) que tem o compromisso de
ampliar o percentual para 4%; - Sra. Márcia Juliana Cardoso, presidente do CMAS
Piracicaba; - Sr. Pedro Kawai, vereador do município de Piracicaba; - Sra. Maria
Aparecida Ribeiro Germek, diretora da DRADS Piracicaba e no momento representando o
Secretário do Estado Sr. Floriano Pesaro; - Sra. Maria do Carmo Brant de Carvalho,
secretária nacional de assistência social, que destacou não estar ocorrendo desmonte na
Política; - Sra. Vanda Anselmo Braga dos Santos, presidente do CONGEMAS na gestão
2016-2018, que destaca a importância em nos reportarmos ao II Plano Decenal de
Assistência Social (“Proteção Social para todos(as) os(as) Brasileiros(as)”) que reforça o
compromisso da política com a garantia dos direitos socioassistenciais, com a gestão
compartilhada, democrática e participativa e com a transparência pública. Destaca
também que em 2015 tínhamos aproximadamente 25 milhões de pessoas na linha da
pobreza e hoje contamos com 50 milhões. Que passamos sim por uma precarização da
Política. Aponta dados como os de violência contra jovens, o aumento migratório
principalmente da região Norte, da elevação da depressão (5,8% da população hoje), do
aumento da criminalidade (principalmente das regiões norte/nordeste, da diminuição do
emprego com carteira assinada. Encerra sua fala com alguns questionamentos: Diante

135 tantos desafios como fortalecer o SUAS? Como materializar o II Plano Decenal? Como
136 inserir o assunto nas agendas públicas? E por fim destaca a importância / necessidade
137 em mobilizar a participação dos usuários. - Sr. Barjas Negri, prefeito de Piracicaba,
138 destaca o sucateamento da economia (queda do PIB – R\$ 480 bi) que deixaram de
139 circular; queda dos empregos formais; queda das receitas municipais X aumento da
140 demanda social e por fim as restrições orçamentárias federais. Após a apresentação da
141 mesa ocorreu a palestra da Sra. Maria do Carmo Brant de Carvalho que abordou a
142 temática: **Os desafios para a universalização do SUAS na atual conjuntura.** Destaca
143 que a gestão anterior trouxe um grande avanço para a política. Que chegou na transição
144 do governo com o compromisso de evitar o desmonte. Informa que hoje o Brasil conta
145 com 8.000 CRAS, abrangendo todos os municípios, um ganho visto que nem o SUS
146 conseguiu isso. Destaca que o País tem uma rede expressiva de CREAS, Centros POP e
147 rede socioassistencial. Que no CNEAS já estão 19.000 Entidades. Que diante dos dados
148 temos um quadro positivo, temos universalidade. Destaca também a crise financeira que
149 hoje enfrentamos e a falta de consenso. Que o diálogo é defensivo. Que os três poderes
150 não se conversam e que o discurso do executivo está voltado ao contingenciamento. Com
151 este quadro como atender uma agenda de emergências no País? Temos ainda os
152 migrantes venezuelanos, a microcefalia... O SUAS no nosso País ainda é pouco
153 conhecido, é vista por muitos como uma política subsidiária. Que falta articulação dos
154 usuários, conhecimento e apropriação da Política. Destaca a importância da Vigilância
155 Socioassistencial e a necessidade em usar dados para demonstrar a Política. Faz defesa
156 da Gestão frente aos cortes ocorridos no Programa Bolsa Família, pede que se procure
157 saber o que aconteceu antes de alarmismo. Esclarece que os cortes ocorreram devido a
158 renda ser superior a de 1 salário mínimo, exemplificando que entre os beneficiários
159 tínhamos vereadores, etc... Destaca a importância dos Conselhos e a necessidade da
160 representatividade. Da necessidade dos usuários ocuparem seus espaços em todos os
161 segmentos: PCD, idosos, negros, indígenas, etc... Aponta a necessidade do respeito a
162 matricialidade nos atendimentos. Que não se pode fragmentar os coletivos nos
163 atendimentos. Que nossa sociedade vem fragmentando esse atendimento. Que as
164 unidades coletivas dos territórios não são trabalhadas. Que não se faz mobilização e
165 engajamento dos coletivos nos territórios. Questiona: Como a assistência social é
166 interpretada? Temos a radiografia dos territórios? Temos a acupuntura dos territórios?
167 Informa que em determinados momentos, para a melhoria do pertencimento, os gastos
168 com a infraestrutura (melhoria das casas, postes de luz, mobilidade urbana) podem ser
169 executados com o IGD SUAS e IGD BOLSA. Debate: Questionamento da plenária sobre

170 o aporte financeiro frente às urgências sociais. A secretária Maria do Carmo esclarece
171 que a intenção é regularizar a rede socioassistencial, implantar toda a rede antes de
172 ampliar o valor dos já implantados. Destaca o uso do IGD para gastos com projeto de
173 agricultura urbana. Representante do município de Americana destaca as dificuldades
174 para a consolidação da Política visto que a gestão não dá conta em detrimento a falta de
175 qualificação, de RH (principalmente de profissionais para implantação da Vigilância) e da
176 Lei do SUAS. Sra. Maria do Carmo informa não existir um projeto, mas fica o desafio!
177 Segundo dia – 06/03/2018 - 1º Painel Temático: Análise da Conjuntura: O cenário atual e
178 os impactos na efetivação do Plano Decenal. Coordenador da Mesa: Eliete Nunes
179 Fernandes da Silva (Presidente Frente Paulista – COEGEMAS –SP)- Palestrantes: Maria
180 do Carmo Brant de Carvalho (Secretária Nacional – SNAS), Vanda Anselmo Braga dos
181 Santos (Presidente CONGEMAS, Jusbertini Virgílio Clementino (Presidente FONSEAS),
182 Debatedor: Maria Aparecida Ribeiro Germek (DRADS Piracicaba), Maria do Carmo
183 apresenta algumas considerações frente ao quadro atual: - O déficit fiscal que atinge
184 todas as esferas de governo, uma crise instalada muito séria. Que o crescimento obtido é
185 quase inexpressivo. Baixa produtividade e grau de inovação. Governantes com esforços
186 para crescimento econômico para redução do déficit público. - Polarização ideológica
187 dificultando os processos de negociação e produção de consensos vitais para o avanço
188 da Política Pública. Falta de consenso em torno de prioridades em tempos de escassez. -
189 No chão da política falta a fala direta com os coletivos, a imersão nos territórios com a
190 presença e a interlocução dos agentes das demais políticas e ministério público. Não
191 existe eficácia na fala de uma única política. Trabalhar com a família de forma a agir
192 simultaneamente no território para alcance da proteção. Realizar acupunturas urbanas
193 para melhoria do território (transformar as relações humanas a partir de espaços
194 coletivos). - Fortalecer os Conselhos Municipais que possuem responsabilidade central na
195 aprovação da proposta orçamentária, no debate e aprovação dos planos municipais e na
196 aprovação ou não da execução tanto financeira quanto orçamentária no âmbito da
197 Assistência Social. - Fortalecer as Entidades vinculadas ao SUAS por meio de oficinas
198 para estudo e proposição de temas que ainda hoje não haja consenso. - Pactos com
199 Estados no compartilhamento de responsabilidades não avançando. Há Estados ainda
200 que não cofinanciam e não fazem vigilância socioassistencial. Apresenta propostas da
201 SNAS (ao MDS) frente às considerações: -Revisão urgente dos custos dos serviços; -
202 Efetivar o reajuste imediato do PAIF (necessidade de 40% de aumento), incluindo
203 aprimoramento metodológico na atenção às famílias. - Expansão do financiamento federal
204 para CRAS e CREAS ainda não cofinanciados. -Extinção gradativa das unidades de

205 acolhimento para crianças de 0 a 6 anos incrementando o aumento de famílias
206 acolhedoras e guarda subsidiada. -Expansão de Centros Dias para idosos visando a
207 desinstitucionalização. -Expansão de unidades de acolhimento para mães com bebês que
208 se encontram em extrema vulnerabilidade. -Adoção de repúblicas para jovens com faixa
209 etária entre 17 e 21 anos. -Expansão dos serviços de MSE e LA com capacitação técnica.
210 -Expansão de repúblicas para idosos. - Expansão dos serviços de atenção no domicílio
211 para indivíduos dependentes. O Secretário Estadual de Assistência Social Floriano
212 Pesaro pede a fala. Reforça as responsabilidades das instâncias frente aos pactos
213 firmados e comunica sua saída da SEDS no final do mês retornando para a Assembleia
214 Legislativa. Vanda Anselmo faz uma análise do cenário destacando os conjuntos de
215 medidas apresentados, os projetos, os discursos, o trabalho intermitente. Aponta como
216 ameaças e riscos: o desfinanciamento; o esvaziamento do conteúdo do SUAS; a
217 desorganização do sistema; a judicialização; a redução dos benefícios previdenciários e o
218 corte dos benefícios de assistência social; ações à revelia do controle democrático –
219 reforma previdenciária e reforma tributária; o aumento da demanda e o baixo
220 cofinanciamento; a ênfase em programas em detrimento dos serviços; maior seletividade
221 e focalização na contramão da universalidade; ofertas inadequadas à tipificação ou
222 deslocação de ações de outras políticas ocasionando a descaracterização do SUAS;
223 fragmentação e pulverização de ações pontuais; deslocamento de recursos do SUAS
224 para ações paralelas aos serviços; baixa qualificação do SUAS; fissuras no pacto
225 federativo e quebra da unidade do sistema. Impactos deste cenário nos municípios:
226 Descontinuidade e fragilidade dos serviços, redução na capacidade de dar respostas;
227 perda da credibilidade e legitimidade junto aos usuários da política; aumento da
228 judicialização e/ou responsabilização das gestões municipais pela não garantia dos
229 direitos socioassistenciais. O que falta? A superação intra SUAS frente a: Inadequação
230 do marco legal do SUAS; fragilidade no monitoramento das metas pactuadas; dificuldades
231 com planejamento (inseguranças e não articulação com o PPA); financiamento
232 insuficiente para a gestão e serviços; fragilidade na gestão do SUAS (fortalecimento
233 urgente da vigilância socioassistencial); baixa cobertura de serviços da proteção especial
234 de média e alta complexidade com ausência de estudos destes serviços; ausência de
235 mecanismos de regularização das transferências entre esferas de governo e a melhoria
236 da rede física (construção e reforma). Considerar - porte do município e a região –
237 oferecer condições objetivas de cada lugar e da dinâmica da política social. 2º painel
238 Temático: Análise da Conjuntura: A Assistência Social como Direito Constitucional e de
239 Seguridade Social. Coordenador da Mesa: José Cruz (COEGEMAS – MG), Palestrante:

240 Aldaíza Spozati (Professora Doutora titular da PUC/SP), Debatedor: Floriano Pesaro
241 (Deputado Federal e Secretário Estadual de Desenvolvimento Social de SP). Aldaíza faz
242 menção ao período de 1974-77 em que o MDB elege os primeiros prefeitos democráticos
243 no período da ditadura. Destaca que o Controle Social surgiu em Piracicaba. Inicia sua
244 fala com o questionamento: Quando a democracia poderá se manifestar? Hoje devemos
245 pensar se o que foi construído deve permanecer e se serve para alguma coisa. Aponta a
246 redução nos processos representativos. Que estamos há quase 30 anos da Constituição
247 Federal e hoje enfrentamos um retrocesso do humanismo. Que sempre se aponta que a
248 política é assistencialista, mas não se coloca a rede de proteção. Temos uma distorção
249 brutal no País quanto a distribuição dos programas de transferência de renda. Faz uma
250 análise sobre as propostas apresentadas pelo SNAS, Estados e Congemas e destaca
251 serem diferentes! Aponta necessidade das mudanças ocorrerem com respeito e com
252 “escuta”. Que não se pode ser ato de vontade subjetivo! Não se pode roubar direitos!
253 Utocracia? Deve-se interromper o destrato da Constituição!! Que não se pode considerar
254 apenas a questão financeira. Que a construção do sistema deve ser coletiva e não
255 pontual. Devemos romper com subordinado e subordinante. Nós somos os executores da
256 política! Conclui ressaltando que a luta está em tirar a Política de emergência para se
257 tornar um sistema, que o princípio da seguridade é contra atuar com emergências...ser
258 apenas um band-aid. 3º painel Temático: O Pacto Federativo, Competências dos Entes
259 Federados no SUAS em tempos de crise. Coordenador da Mesa: Daiana Silveira Silva
260 izabel (COEGEMAS – RJ), Palestrante: Diana Delgado (Subsecretária de Assistência
261 Social - RJ), Debatedor: Maria do Rosário Correa de Salles Gomes (Professora UNIFESP
262 Baixada Santista). Diana inicia com uma explanação sobre o Federalismo, sobre a
263 materialização do pacto no SUAS. Apresenta dados do CENSO SUAS quanto a
264 regularidade do repasse no cofinanciamento destacando os estados que não mantêm
265 regularidade; quanto a organização do cofinanciamento fundo-a-fundo para os serviços
266 socioassistenciais destacando os municípios que só tem a Proteção Social Básica
267 cofinanciada; que somente 30% dos estados cofinanciam fundo-a-fundo 100% dos seus
268 municípios. Destaca a necessidade dos Estados regulamentarem os Benefícios Eventuais
269 e questiona o que os municípios tem de fato a oferecer enquanto benefícios eventuais.
270 Questiona a falha do apoio técnico do Estado aos municípios uma vez que foi pactuado
271 na CIB e não vem ocorrendo. Questiona sobre os mecanismos que vem sendo utilizados
272 e por quais atores de forma a provocar a responsabilização dos entes federados na
273 cooperação para a execução do SUAS. Encerra sua fala indagando sobre as
274 possibilidades dos municípios em serem ouvidos para redefinição do cofinanciamento e

275 das regras de utilização dos recursos repassados pelos Estados e Governo Federal. 4º
276 painel Temático: Fenômenos que expressam as desproteções sociais. Coordenador da
277 Mesa: Elcimara Rangel (COEGEMAS – ES) Palestrantes: Vânia Neri (Professora Doutora
278 da PUC/SP), Debatedor: Roberta Rangel Viana (Gerente da Proteção Social Básica do
279 Município de Serra/ES). Apresenta parâmetros para o debate: Reforma Trabalhista e a
280 Reforma Previdenciária – tradição de submissão do social ao econômico. Novo regime
281 fiscal que congela os gastos por 20 anos – desproteção das políticas públicas.
282 Rebatimentos em todas as Políticas Públicas - fragmentação,
283 descontinuidade/fragilização da concepção de sistemas; Presença de projetos societários
284 divergentes; Atribuição de responsabilidades estatais à família (familismo); Tendência a
285 desprofissionalização (Programa Criança Feliz); Mapeamentos e instrumentos
286 informacionais de fundamental relevância no SUAS por poder revelar a insuficiência no
287 que se refere ao conhecimento sobre a vida cotidiana nos territórios. Destaca por fim a
288 necessidade de atenção aos novos fenômenos migratórios que exige prontidão enquanto
289 resposta pública. Dia 07/03/2018 - Oficinas Simultâneas: “Aprimoramento da Gestão:
290 Gestão do Trabalho, Vigilância e Gestão Orçamentária e Financeira”. Adriano Borges
291 Domingos da Silva (Diretor da Gestão do SUAS da SEDS Votuporanga); Ana Carolina –
292 Fundo Nacional – MDS, Marcos Antunes – Coordenador Geral do Departamento de
293 Vigilância Socioassistencial – MDS. Desafios apresentados frente ao quadro atual: -
294 Qualificação do trabalhador - Educação Permanente – Incentivo aos núcleos; - Diminuição
295 dos Trabalhadores do SUAS por questões financeiras; - Prontuários Eletrônicos (Estudo
296 em andamento para o sistema conversar com os prontuários municipais existentes);
297 Esclarecimentos: - Prontuário do SUAS poderá ser impresso com relatórios; - Estudo em
298 andamento para construção de índices padronizados de acordo com a tipificação; -
299 Pesquisas em andamento para custos do Serviço de Acolhimento Institucional.
300 Encaminhamentos: - Investimento do IGD para gastos com RH na gestão; - Que a Medida
301 Sócioeducativa deixe de ser obrigatória do CREAS para ser executada pelo PAEFI; -
302 Inclusão da equipe de referência da Gestão na NOBRH, assim como dos demais serviços
303 tipificados que ainda não possuem referência; - Utilização dos valores dos serviços com
304 despesas permanentes. Que o limite do valor permitido para pagamento do RH não se
305 restrinja aos 60%. - Cumprimento do incentivo para os Municípios que cumpriram o Pacto
306 2014-2017 no tocante ao acréscimo de repasse financeiro (aumento do IGD por exemplo).
307 **Item 10 – Revalidação das inscrições** – Sra. Marina, presidenta, informa que a
308 comissão de política após análise e visita técnica indicou a revalidação das entidades:
309 Instituto Evolução, Associação Casa da Criança e Sociedade Amiga dos Pobres Albergue

310 Noturno e solicita manifestação por parte dos conselheiros Fernanda Gonçalves e Ari
311 Lopes que apresentaram os relatórios de visita com os respectivos pareceres. **Item 11 –**
312 **Informes do Gestor** – Sra. Adriana destaca, a pedido da Sra. Camila Muheison – SERIC
313 que não pode permanecer até o fim desta Assembleia, a solicitação do envio das atas
314 apenas por e-mail, justificando o princípio da economicidade. Tendo a plenária sido
315 esclarecida, fica aprovado o envio apenas pelo e-mail. Sra. Marina destaca também que a
316 Coordenadoria Financeira da SEDS ficou de apresentar o percentual dos gastos da
317 construção do CREAS POP. Como não houve devolutiva fica deliberado que a
318 responsável será contatada para apresentação na próxima Assembleia. **Item 12 –**
319 **Assuntos Gerais** – A conselheira Fernanda Gonçalves destaca o problema do atraso das
320 cestas básicas. Sr. Leandro informa que a questão já foi encaminhada. Fernanda também
321 relata sobre o movimento de reintegração de posse que vem ocorrendo. Após explanação
322 e dirimidas as dúvidas fica acordado o convite para que os representantes do Movimento
323 dos Trabalhadores sem Teto - MTST e Central de Moradias Populares - CMP
324 compareçam à reunião da diretoria executiva. Sra. Adriana informa que a próxima
325 Assembleia ocorrerá no dia 05/06/2018 às 8h30 na sede da Pia Sociedade dos
326 Missionários de São Carlos, sita a Av. Washington Luiz, 361 – Boqueirão. Nada mais a
327 tratar, a reunião foi encerrada pela Sra. Presidenta que assina a presente ata lavrada por
328 mim, Hagnes Cavalcanti que também assino.

329
330

331 Marina Carvalho Perez Penã
332 Presidenta

Hagnes Cavalcanti
1ª secretária

333
334
335
336
337
338